



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO ANTIDROGAS DO DISTRITO FEDERAL



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MAIO DE 2015

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNPAD DE 2015

1 Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e dois de maio de 2015, na sala de reuniões do
2 CONEN/DF, reuniu-se o colegiado para a primeira reunião ordinária de 2015. Presentes os conselheiros: A
3 Presidente Joana d’Arc Alves Barbosa Vaz de Mello e a Vice, Daisy Rotavio Jansen Watanabe, os
4 conselheiros Lívia Márcia Faria Bandeira Vilhalva, Leandro Silva Almeida, Aryadne Márcia Argolo Muniz,
5 Herbert de Almeida Jardim, Ricardo Freire Vasconcellos, Laura Beatriz Castelo Branco Alves S. Rito, Lídia
6 Célia Dourado Clímaco, Marcos Aurélio Izaias Ribeiro, César Ricardo Rodrigues da Cunha, Areolenes
7 Curcino Nogueira, Valdir Alexandre Pucci, Frederico Teixeira Barbosa, Beatriz Maria Eckert-Hoff,
8 Leonardo Gomes Moreira. Ausentes os conselheiros: Maria do Socorro Paiva Garrido, representada pelo
9 suplente Leandro Silva Almeida, Adriana Pinheiro Carvalho, Daniela de Souza Silva, representada pela
10 suplente Aryadne Márcia Argolo Muniz, José Nascimento Rego Martins, representado pelo suplente Herbert
11 de Almeida Jardim, Rodrigo Bonach Batista Pires, Suely Francisca Vieira, representada pela suplente Luiza
12 Maria Rocha Pereira, Marcelo Dias Varella. A seguir serão resumidas as discussões e deliberações do
13 colegiado: **ABERTURA DOS TRABALHOS:** Iniciando os trabalhos, a presidente **Joana Mello**, desejando
14 boas vindas aos presentes, ressaltou a primeira reunião do FUNPAD será realizada separadamente da reunião
15 do CONEN e que não foram encontradas atas de reuniões cuja pauta fora apenas o FUNPAD, sugerindo que
16 as próximas reuniões fossem realizadas separadamente. Lembrou ainda a responsabilidade de todos os
17 conselheiros que compõe o Conselho de Administração do Fundo visto que administram verbas públicas,
18 estando todos os atos sujeitos a fiscalização e controle, fazendo-se necessário que se cumpra os requisitos
19 previstos em lei para a referida reunião. Fazendo uso da palavra, o conselheiro **Leonardo** alertou sobre a
20 importância de trazer o ex-secretário executivo do CONEN/DF, visto que já havia sido sugerido em reuniões
21 anteriores do CONEN/DF. A presidente **Joana Mello**, solicitou ao conselheiro **Leonardo** para que faça
22 contato com o ex-secretário executivo, para que compareça à reunião do CONEN-DF. Colocada em votação
23 sobre as reuniões FUNPAD e CONEN deliberou-se de forma unânime pela separação das reuniões, que,
24 mesmo sendo realizadas na mesma data, deverão ocorrer separada e bimestralmente. A conselheira
25 **Daisy** ponderou da necessidade que as atas pendentes fossem apreciadas. A presidente **Joana Mello**
26 lembrou que este era tema da reunião do CONEN; ressaltou ainda que o FUNPAD foi criado por lei
27 complementar e, posteriormente, teve sua composição alterada por meio de decreto, o que configura
28 inconstitucionalidade, e para corrigir tal irregularidade foi sancionada Lei Complementar estabelecendo que
29 o Fundo Antidrogas do Distrito Federal será administrado pelos conselheiros que compõe o CONEN,
30 ressaltando mais uma vez a responsabilidade do Conselho. A seguir, a presidente **Joana Mello** solicitou que
31 o secretário executivo **Bruno Moura** fizesse a leitura do relatório do FUNPAD. Em seguida, antes de iniciar
32 a leitura do relatório, o secretário executivo **Bruno Moura**, fazendo uso da palavra, informou aos presentes
33 que a presidente, **Joana Mello** foi eleita Coordenadora Regional do Centro Oeste no Fórum Nacional
34 Permanente dos Conselhos Estaduais de Políticas Públicas Sobre Drogas, na qual a região Centro Oeste é
35 composta pelos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Rondônia e o Distrito
36 Federal, conforme deliberação do 21º encontro de presidentes de conselhos realizado nos dias 20 e
37 21/05/2015 na SENAD/MJ; retomando a palavra, a presidente **Joana Mello** ressaltou que o mérito não é da
38 pessoa, mas sim do CONEN/DF, visto que é um conselho composto por profissionais altamente
39 competentes, ressaltando a capacidade que cada conselheiro tem em contribuir para o avanço das políticas
40 sobre drogas. Na sequência, após a leitura do relatório do FUNPAD, a conselheira **Laura** destacou que para
41 melhor aproveitamento da verba disponível do FUNPAD, importante se faz um roteiro para que possa
42 abarcar todos os projetos a serem realizados, ampliando as fontes de recursos e as ações que devem ser
43 promovidas pelo Fundo. A conselheira **Lídia** ressaltou o trabalho já realizado pelo Conselho de
44 Administração nos anos anteriores que em alguns meses, mesmo sem haver verba disponível, o presidente, à
45 época, fazia gestão junto aos órgãos competentes do poder legislativo e executivo para conseguir a liberação
46 dos pagamentos às entidades contratadas, razão pela qual, ressaltou que o Conselho de Administração do
47 Fundo sempre se empenhou na correta utilização dos recursos; ressaltou ainda a dificuldade que tem as
48 comunidades terapêuticas de se adequarem à legislação vigente, sugerindo que fossem realizados seminários,
49 com recursos do FUNPAD, para esclarecer as comunidades terapêuticas sobre as questões legais e quanto



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO ANTIDROGAS DO DISTRITO FEDERAL



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MAIO DE 2015

50 aos contratos para receber verba junto a SEJUS. A presidente **Joana Mello** destacou a importância de se
51 criar grupos de trabalhos para resolver questões pontuais, para melhor desempenho das políticas sobre
52 drogas, entretanto, sem retirar responsabilidade do CONEN; ressaltou ainda que além de recursos do
53 Governo do Distrito Federal, deve-se buscar outras formas e fontes de recursos, citando o exemplo do
54 Conselho Estadual Antidrogas de Mato Grosso do Sul (CEAD/MS) que, em parceria com o Tribunal de
55 Justiça vem captando verba para o Fundo local, utilizando-se de leilões eletrônicos de carros apreendidos em
56 razão do tráfico de drogas. A conselheira **Daisy** pontuou a importância da participação das reuniões dos
57 CONEN's na SENAD/MJ, onde são elencadas as experiências de outros conselhos de políticas sobre drogas,
58 onde ocorre uma rica troca de conhecimentos, ações realizadas, avanços alcançados, dificuldades
59 enfrentadas. Esclareceu que a SENAD/MJ disponibiliza todas as informações necessárias para um pleno
60 desenvolvimento do trabalho e a importância dos conselheiros buscarem informações diversas junto a
61 SENAD/MJ; destacou ainda que os estados de Alagoas e Minas Gerais estão bastante avançados quanto à
62 realização de leilões, arrecadando verbas para os respectivos Fundos, destacando a burocracia de se realizar
63 um leilão, demandando pessoas gabaritadas e empenhadas na política contra as drogas, e em relação aos
64 leilões o **Dr. Sergio Harfouche** (conselho do Mato Grosso do Sul), disponibilizou sua apresentação sobre os
65 leilões, apresentada na reunião dos CONEN's, e de estar à disposição para orientações e dirimir dúvidas,
66 sobre a temática. A presidente **Joana Mello** ressaltou a importância de buscar aprendizado junto aos outros
67 estados, aprimorando as ações já implementadas e que vem tendo resultados significativos na prevenção e
68 repressão ao uso e tráfico de drogas; ressaltou a possibilidade e a importância de se buscar recursos
69 internacionais para investimento nas políticas sobre drogas. A conselheira **Daisy** informou que alguns
70 estados vêm realizando leilões *on line*, destacou ainda que no estado do Mato Grosso do Sul, somente no ano
71 de 2015, já haviam sido realizados 4 (quatro) leilões de veículos apreendidos por tráfico de drogas,
72 demonstrando que o Estado está bastante adiantado na busca por recursos para o fundo antidrogas.
73 Retomando a palavra, a presidente **Joana Mello** ressaltou de fundamental importância a participação da
74 conselheira **Daisy** em trazer as informações do Fórum Nacional Permanente dos Conselhos Estaduais de
75 Políticas Públicas Sobre Drogas, colhendo todas as informações possíveis para trazer aos conselheiros do
76 CONEN. Dada a palavra ao conselheiro **Leonardo**, parabenizou o trabalho da Secretaria Executiva pelo
77 relatório apresentado, parabenizou também a gestão anterior (2011) que conseguiu 78% (setenta e oito por
78 cento) de execução do Fundo, visto que esse percentual, na administração pública não ultrapasa 50%
79 (cinquenta por cento); acrescentou que o Distrito Federal foi o precursor em fazer contratos com as
80 comunidades terapêuticas; questionou se o recurso orçamentário previsto para 2015 é suficiente para pagar as
81 vagas nas instituições contratadas, esclarecendo que durante sua gestão, na falta de recursos, buscava-se
82 apoio junto à Câmara Legislativa para alocação via emenda parlamentar, e, por fim, questionou se há uma
83 Gerência de Gestão de Fundos na SEJUS. A presidente **Joana Mello** afirmou que ainda existe a Gerência de
84 Gestão de Fundos na SEJUS, ressaltou ainda a possibilidade de trazer os servidores da referida gerência para
85 as próximas reuniões do FUNPAD ressaltando a importância de demonstrar a transparência na gestão do
86 Fundo. Esclareceu que se os recursos orçamentários não forem suficientes, o CONEN/DF deverá buscar
87 outras fontes de recursos, conforme prevê a legislação, inclusive, fora do GDF, trazendo as experiências
88 exitosas de outros estados na busca por recursos para o Fundo e que, para isso, devem ser apresentados
89 projetos para que se busque tanto verbas nacional quanto internacional. Dada a palavra à conselheira **Lívia**,
90 corroborou com a preocupação do conselheiro **Leonardo** quanto à insuficiência de verba para pagamento das
91 comunidades terapêuticas; o conselheiro **Ricardo** ressaltou que os conselheiros vêm se empenhando para
92 contribuir para as melhorias do trabalho realizado pelas comunidades terapêuticas; destacou ainda que os
93 conselheiros atuais e os anteriores brigaram e brigam pela transparência das verbas do Fundo, prezando pela
94 legalidade e, ao final, corroborou com a necessidade de se buscar outras fontes de recursos para compor o
95 Fundo; o conselheiro **Herbert** destacou que não foram explicitados no relatório quais os contratos que
96 haviam sido pagos pelo FUNPAD, sugerindo que seja incluído uma tabela com o valor, número de vagas e
97 vigência dos contratos; ressaltou a importância da parceria com o TJDF para efetuar o trabalho de leilão
98 dos bens apreendidos no tráfico de drogas; o conselheiro **César** ressaltou que foi feito edital para 250
99 (duzentas e cinquenta) vagas das quais apenas 227 (duzentos e vinte e sete) estão contratadas, contemplando



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO ANTIDROGAS DO DISTRITO FEDERAL



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MAIO DE 2015

100 apenas 7 (sete) comunidades; questionou como serão completadas as 23 (vinte e três) vagas restantes. A
101 presidente **Joana Mello** ressaltou a importância e preocupação em elaborar o novo edital de credenciamento,
102 destacando que haverá novo edital para solucionar a questão do preenchimento do total de vagas, evitando
103 que se perca recurso do fundo por não estarem sendo utilizados; afirmou ainda que, apesar da política de
104 governo atual no corte de gastos, já foi instaurado o processo nº 0400.000.402/2015, o qual se encontra na
105 assessoria jurídico-legislativa – AJL/SEJUS, para que não ocorram cortes na verba do FUNPAD, visto que o
106 Comitê de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas demandará recursos do Fundo, inviabilizando a
107 aplicabilidade do corte de gastos. Retomando a palavra, o conselheiro **César** ressaltou que o edital de
108 credenciamento utilizado pelo CONEN/DF foi replicado do edital da SENAD, repetindo as mesmas
109 incorreções, fazendo-se necessária a edição de novo edital; o conselheiro **Frederico** destacou a importância
110 da fiscalização junto às comunidades terapêuticas para fins de concessão dos pagamentos; presidente **Joana**
111 **Mello** afirmou que, na sua gestão, somente é liberado o pagamento após cumpridas as formalidades
112 estabelecidas em lei. O conselheiro **César** parabenizou o executor do contrato que realizou visita junto à
113 comunidade AMAI, afirmando ter a comunidade progredido após a visita; corroborando a fala do
114 conselheiro **Cesar**, a presidente **Joana Mello** ressaltou como função do CONEN a orientação às
115 comunidades quanto à legalidade em suas atuações; acrescentou que o Marco Regulatório das Comunidades
116 Terapêuticas será de grande utilidade e importância para as comunidades visto que prevê qualificação aos
117 profissionais e amplia os serviços prestados às pessoas afetadas pela dependência química; o conselheiro
118 **Frederico** ressaltou a importância de se destinar percentual da verba do fundo para ações de prevenção ao
119 uso de drogas; a presidente **Joana Mello** acrescentou ainda que se deve fazer um planejamento de busca de
120 recursos para o Fundo, bem como planejamento para os gastos destes recursos. O conselheiro **Leandro**
121 destacou a importância das visitas às comunidades terapêuticas serem realizadas em conjunto entre os
122 conselheiros e os executores do contrato para que se evite divergência entre os relatórios. O conselheiro
123 **Marcos** parabenizou a secretaria executiva pelo relatório bem executado e ressaltou a importância de se
124 fazer um plano de ações do FUNPAD, destacando que em 2014 foi realizada uma ação voltada às
125 comunidades terapêuticas, contando com a participação de presidentes e diretores que ficaram bastante
126 satisfeitos, e sugeriu ainda que ações como essas sejam replicadas, pois tiveram bons resultados e grande
127 participação das comunidades, que se mostraram bastante interessadas; destacou ainda a excessiva carga
128 horária dos conselheiros que se desdobram e se dividem em seus afazeres do Conselho e de seus órgãos de
129 origem, destacando que, muitas vezes, encontram-se assoberbados entre visitas, relatórios, pareceres, etc.; a
130 presidente **Joana Mello** parabenizou o trabalho que a secretaria executiva vem desempenhando ressaltando a
131 importância da reestruturação do CONEN para dar suporte aos conselheiros para bem desenvolverem suas
132 atribuições; o conselheiro **Marcos** corroborou a sugestão de se buscar experiências em outros CONEN'S,
133 destacando que o CONEN/DF é bastante empenhado no trabalho a que se propõe; a conselheira **Areolenes**
134 destacou como ação principal do Fundo o amparo aos leitos de internação, sugerindo que se invista na
135 capacitação das comunidades terapêuticas para que se enquadrem na legislação vigente; ressaltou que em
136 Brasília não está sendo oferecida capacitação a essas comunidades o que dificultará o cumprimento da nova
137 legislação do Marco Regulatório, o qual prevê um ano para que as comunidades se adequem, temendo que as
138 comunidades venham a encerrar as atividades em virtude da inadequação à nova legislação; afirmou que
139 participou desde o início das audiências públicas e reuniões na SENAD que tratavam do assunto; ressaltou a
140 importância de trazer para Brasília o curso de capacitação para profissionais de comunidades terapêuticas
141 realizado em São Paulo, cujo certificado possui selo da SENAD, Federação Brasileira de Comunidades
142 Terapêuticas - FEBRACT e National Institute on Drug Abuse - NIDA; disponibilizou-se como voluntária
143 para participar do grupo de capacitação das comunidades terapêuticas tendo em vista que vem participando
144 de vários seminários em todo o Brasil; o conselheiro **César** destacou o conflito de ideais que algumas
145 comunidades passarão visto que com o marco regulatório deverão definir se é comunidade terapêutica ou
146 casa de passagem. A conselheira **Beatriz** afirmou que em visita as comunidades percebeu que as mesmas
147 carecem de orientação e que tem interesse em melhorar o atendimento; a conselheira também se prontificou
148 para participar do grupo de capacitação das comunidades; lembrou ainda que tão importante quanto capacitar
149 é fazer um planejamento para acompanhamento das instituições, para que, assim, haja uma continuidade no



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO ANTIDROGAS DO DISTRITO FEDERAL



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MAIO DE 2015

150 trabalho de capacitação; afirmou que o trabalho de parceria realizado pelo Centro Universitário UDF na
151 comunidade Mar Vermelho vem apresentando bons resultados e que de fato deve ser replicado em outras
152 comunidades, sugerindo então que o CONEN também faça parcerias com outras universidades do Distrito
153 Federal, uma vez que várias faculdades demonstraram interesse em fazer essas parcerias; ressaltou a
154 necessidade de aprimorar este trabalho, e sugeriu, inclusive, que estas parcerias entre faculdades e
155 comunidades terapêuticas sejam realizadas por meio de termo de cooperação com o CONEN/DF, sugerindo
156 que fosse criado um grupo de trabalho para que se desenvolva o projeto. Fazendo uso da palavra, o
157 conselheiro **Valdir** detalhou o trabalho realizado pelo Centro Universitário UDF junto à comunidade Mar
158 vermelho, relatando que coordenadores de diversos cursos fizeram visita à comunidade para conhecer a
159 realidade e verificar as demandas ali existentes, e, a partir de então, será definido o trabalho a ser realizado,
160 elaborando um plano de trabalho a ser seguido em todas as comunidades; afirmou que o próximo passo do
161 Centro Universitário UDF será fazer um mutirão envolvendo os alunos para que façam levantamento junto
162 aos residentes e seus familiares, para então concluir o trabalho final de parceria. Destacou ainda que também
163 foi realizada visita à comunidade Casa do Sol Azul e que há uma perspectiva de que até o final do primeiro
164 semestre de 2015 se tenha concluído o trabalho junto à comunidade. Afirmou ainda que a intenção dos
165 coordenadores é vincular esse trabalho junto às comunidades terapêuticas à disciplina obrigatória do
166 respectivo curso, pois assim ganham os alunos e ganham as comunidades. O conselheiro **Leonardo** sugeriu a
167 criação de um centro colaborador de ensino e pesquisa, o qual servirá para capacitar melhor os profissionais,
168 principalmente junto aos CAPS; a presidente **Joana Mello** parabenizou o trabalho dos conselheiros,
169 ressaltou a importância deste trabalho pioneiro no Distrito Federal, no qual acredita resultar em grandes
170 avanços na política contra as drogas. A conselheira **Areolenes** destacou que os alunos do Curso de Serviço
171 Social da Faculdade Anhanguera realizou um trabalho científico com pessoas que passaram por tratamento
172 no **Instituto Crescer**, ressaltando a importância do controle, investimento e acesso das Comunidades
173 Terapêuticas para realizarem a pesquisa. A conselheira **Laura** relatou que em conversa com internos, eles se
174 mostraram preocupados com o momento posterior à internação, ou seja, qual rumo tomar e como seria feita a
175 reinserção social destes internos, sugerindo então que o CONEN apresente uma solução neste sentido. Com a
176 palavra, a presidente **Joana Mello** pontuou a importância do CONEN elaborar um sítio na internet para dar
177 suporte aos familiares e aos próprios internos; lembrou que com o Marco Regulatório as comunidades terão
178 condições de bem instruí-los durante o tratamento e no momento pós internação. A conselheira **Lívia** sugeriu
179 que seja realizado um trabalho conjunto entre conselheiros e executores de contrato, inclusive para que haja
180 um debate a respeito da comunidade a ser vistoriada e fiscalizada; alertou ainda quanto ao cuidado na edição
181 do próximo edital de credenciamento para que não haja lacunas que possibilitem o pagamento em
182 duplicidade, sugeriu ainda que no novo edital o pagamento seja realizado por serviço prestado e não por
183 leito, facilitando a execução dos contratos. O secretário executivo **Bruno Moura** solicitou que o grupo de
184 trabalho formado para elaboração do novo edital compartilhe o trabalho já realizado para que seja debatido
185 em plenária e acrescentado novos itens aqui discutidos. A presidente **Joana Mello** sugeriu a criação de
186 grupos de trabalho para tratar de assuntos pontuais; precisou ausentar-se da reunião, convidando para
187 assumir a presidência do trabalho e ocupar o acento na mesa a vice-presidente, **Daisy Rotavio Jansen**
188 **Watanabe** que, presidindo os trabalhos, passou a palavra ao conselheiro **Valdir** que sugeriu a criação de 3
189 (três) grupos de trabalho, quais sejam: captação de recursos, projetos e educação; a conselheira **Lívia**
190 destacou que não há necessidade da criação do grupo de trabalho de educação tendo em vista a existência de
191 uma câmara técnica com essa especialidade. A presidente Daisy solicitou que a Secretaria Executiva archive
192 nas pastas das Câmaras Técnicas os documentos pertinentes; o secretário executivo **Bruno Moura** reiterou a
193 informação de que as atas das reuniões das Câmaras Técnicas não foram encontradas na secretaria executiva,
194 e que delas não teve acesso desde a sua posse. A pedido da presidente em exercício **Daisy**, o secretário
195 executivo **Bruno Moura** fez a leitura das câmaras técnicas existentes e, posteriormente, confirmou a
196 composição das respectivas câmaras, conforme planilha que seguirá anexa à Ata da presente reunião. A
197 conselheira **Lívia** destacou que a criação de grupos de trabalho demandaria muito tempo e que os
198 conselheiros ficariam sobrecarregados com mais essa atribuição, destacou ainda ser desnecessária a criação
199 dos grupos de trabalho pois já existem as câmaras técnicas com o mesmo objetivo. A presidente em exercício



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO ANTIDROGAS DO DISTRITO FEDERAL



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MAIO DE 2015

200 **Daisy** ressaltou que a composição das câmaras não é engessada seus integrantes podem mudar de CT desde
201 que seja respeitado o regimentalmente estabelecido, e se reunir mensalmente onde for definido pela CT;
202 colocada para votação a vinculação dos grupos de trabalho às câmaras técnicas, ficou deliberado, por
203 unanimidade, que os grupos de trabalho sugeridos pelo Conselheiro **Valdir** serão vinculados às câmaras
204 técnicas com temas pertinentes. **3.1) Processo 0400.000.601-2013:** A conselheira **Areolenes** questionou se a
205 comunidade terapêutica do processo em referência teria sido apenas com a suspensão do pagamento em
206 virtude da ausência de visita da executora do contrato no ano de 2014; o secretário executivo **Bruno Moura**
207 esclareceu que a suspensão do pagamento ocorreu por motivo diverso, ou seja, divergência a maior do valor
208 da nota fiscal em relação ao valor atestado pelo executor do contrato, tendo em vista diversos residentes não
209 terem sido encaminhados pelo CAPS ou médico da rede pública do Distrito Federal como reza o edital e o
210 contrato firmado com a entidade. O conselheiro **Herbert** afirmou quanto à ilegalidade de descumprimento
211 do contrato quando da decisão de suspensão de pagamento de serviço já prestado, destacando inclusive o
212 direito de defesa da comunidade. O servidor em colaboração com a Secretaria Executiva do CONEN/DF
213 **Joao Bosco Borges** esclareceu que o executor do contrato atestou um valor menor da nota e glosou a
214 diferença, estando o processo, atualmente, na área financeira para os procedimentos de pagamento e abertura
215 do processo administrativo pertinente, e será dado amplo direito de defesa ao prestador de serviço. A
216 conselheira **Lídia**, alegando a responsabilidade dos conselheiros de administração do FUNPAD em relação
217 aos contratos, questionou se as visitas periódicas às comunidades seriam realizadas apenas por executores ou
218 se seriam designados conselheiros para acompanhá-los trimestralmente; A presidente em exercício **Daisy**
219 corroborou a fala da conselheira na prática dos conselheiros acompanharem os executores durante as
220 vistorias nas comunidades terapêuticas. O conselheiro **Leonardo**, ratificando a fala da presidente em
221 exercício **Daisy**, ressaltou que havia um rodízio trimestral entre os conselheiros para fazerem essas visitas
222 com os executores dos contratos. Colocado em votação, ficou deliberado unanimemente que continuará a ser
223 realizado sorteio de conselheiros para visitar trimestralmente as comunidades havendo o rodízio entre os
224 conselheiros com o acompanhamento às CT que contemplam contrato com a SEJUS/DF. O Secretário
225 Executivo informou à presidente em exercício **Daisy** de que se encontravam na SEJUS um representante de
226 comunidade terapêutica, acompanhado de advogado da Instituição, que foi submetida à visita técnica para
227 emissão de parecer sobre conversão do registro precário em definitivo, processo nº 0400.000.318/2014, que
228 solicitaram permissão para fazerem uma exposição sobre a comunidade na reunião do CONEN a ser
229 realizada à tarde. A presidente em exercício **Daisy** ressaltou a excepcionalidade de tal autorização, colocando
230 o tema em votação, por maioria, foi autorizada a exposição da comunidade. Ocasão em que foi tratada a
231 questão desse Instituto, denúncias existentes (recebidas na ocasião da vistoria, na Delegacia de Polícia Civil,
232 MPDFT), internações involuntárias em desacordo com a legislação vigente, ocasião em que foi deliberado
233 encaminhamentos das denúncias e como os representantes já não se encontravam nas dependências do
234 CONEN/SEJUS/DF, após contato telefônico realizado pela Secretaria Executiva, ficaram de serem ouvidos
235 na reunião ordinária nesta data no período vespertino. **ENCERRAMENTO:** a presidente em exercício
236 **Daisy** agradecendo a presença de todos, declarou por encerrada a reunião às 12:30 horas. E, para constar, eu,
237 **Bruno de Souza Moura**, Secretário Executivo, redigi e lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será
238 assinada por mim e pelos Conselheiros de Administração do FUNPAD-DF.

Joana d'Arc A. Barbosa Vaz de Mello - Presidente
Repres. da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania

Bruno de Souza Moura
Secretário Executivo

Daisy Rotavio Jansen Watanabe - Vice Presidente
Representante da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

Antônio Valmir Moura Silva
Representante da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

Lívia Márcia Faria Bandeira Vilhalva
Representante da Secretaria de Estado de Cultura

Marmenha Maria Ribeiro Do Rosário
Representante da Secretaria de Estado de Cultura



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO ANTIDROGAS DO DISTRITO FEDERAL



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MAIO DE 2015

Maria Do Socorro Paiva Garrido
Representante da Secretaria de Estado de Saúde

Leandro Silva Almeida
Representante da Secretaria de Estado Saúde

Adriana Pinheiro Carvalho
Representante da S.E.D.H.S

Miriam Cássia Mendonça Pondaag
Representante da S.E.D.H.S

Daniela de Souza Silva
Representante da Secretaria de Estado de Educação

Aryadne Márcia Argolo Muniz
Representante da Secretaria de Estado de Educação

José Nascimento Rego Martins
Repres. da Secretaria de Estado de Segurança Pública

Herbert De Almeida Jardim
Repres. da Secretaria de Estado de Segurança Pública

Ricardo Freire Vasconcellos
Representante da Ordem dos Advogados do Brasil

Mariana Kreimer Melucci
Representante da Ordem dos Advogados do Brasil

Laura Beatriz Castelo Branco Alves S. Rito
Representante do M.P.D.F.T

José Theodoro de Carvalho
Representante do M.P.D.F.T

Suely Francisca Vieira
Representante do Conselho Regional de Psicologia

Luiza Maria Rocha Pereira
Representante do Conselho Regional de Psicologia

Marcos Aurélio Izaias Ribeiro
Representante de Centro Recuperação e Com. Terapêutica

Levy Calazans Dos Santos
Representante de Centro Recuperação e Com. Terapêutica

César Ricardo Rodrigues da Cunha
Representante de Centro Recuperação e Com. Terapêutica

Areolenes Curcino Nogueira
Representante de Centro Recuperação e Com. Terapêutica

Valdir Alexandre Pucci
Representante da Sociedade Civil

Frederico Teixeira Barbosa
Representante da Sociedade Civil

Beatriz Maria Eckert Hoff
Representante da Sociedade Civil

Stênio Ribeiro De Oliveira
Representante da Sociedade Civil

Marcelo Dias Varella
Representante da Sociedade Civil

Lilian Rose L. S. Rocha
Representante da Sociedade Civil

Leonardo Gomes Moreira
Representante da Associação Médica de Brasília

Antônio Raimundo Negrão Costa
Representante da Associação Médica de Brasília

Rodrigo Bonach Batista Pires
Representante da Polícia Civil - DF

Lídia Célia Dourado Clímaco
Representante do Conselho Regional de Serviço Social